



Campanha Salarial

- 1% da diferença retroativa da reposição
- Projeto de revisão do Plano de Cargos encaminhado à Alesp
- Resultado da Avaliação de Desempenho
- Instituto de Remoção é finalmente implantado

PÁGINAS 6,7 e 8



Vem aí o Jubileu de Prata!

A programação social completa está disponível na página 10 desta edição. Mais informações acesse o site da Assojubs.



Sindical

PÁGINA 4

História de luta da classe trabalhadora: parte 3

Funcionalismo

PÁGINA 4

O servidor público e a qualificação profissional

lamspe

PÁGINA 5

Audiências públicas e reunião com Davi Zaia

Festa Junina

PÁGINA 12

Arraiá Jubs reúne associados, familiares e amigos

Editorial

“O Brasil acordou”. E o Judiciário....

Há alguns meses, mais precisamente em junho, o Brasil foi sacudido por protestos que pegaram as autoridades de surpresa. Porém, para nós trabalhadores, não era surpresa que a inflação aumentava mais do que o divulgado pelos órgãos governamentais e que, independente de ser celetista ou estatutário, acabaríamos pagando a conta.

Fazendo uma análise dos movimentos que ainda continuam, em menor escala, podemos afirmar muita coisa: que o Brasil acordou, que o Brasil tem jeito, que o povo está mais consciente do seu papel de cidadão que não pode calar, que unidos somos fortes. Poderíamos falar durante dias sobre as vantagens de se reivindicar seus direitos, mas o que quero é fazer um comparativo.

Durante os nossos movimentos (com paralisações ou não) sempre ouvimos muita gente falar que não adianta manifestação, não adianta greve, não adianta lutar, só que nunca vimos nenhuma dessas pessoas devolver o dinheiro e os benefícios que receberam pela luta dos outros. Mas também tenho certeza que se

em São Paulo a passagem de ônibus foi reduzida pela manifestação de mais ou menos 100 mil pessoas, os mais de um milhão que se utilizam do transporte público também não vão devolver o dinheiro que economizarem.

Mas, voltando a nossa comparação, o Brasil possui em média 200 milhões de habitantes e no auge das manifestações havia pouco mais de dois milhões nas ruas do país, se calcularmos em porcentagem, isso representa 1% da população protestando por um Brasil melhor para todos, e o que nós vimos por causa desse 1% foi muita movimentação em Brasília, projetos que tramitavam há dois anos no congresso serem colocados na pauta para votação, nenhum político dando a cara a tapa e todos os partidos querendo se beneficiar dos movimentos.

Agora, se 1% da população fez tanto barulho e conseguiu tanta coisa, o que vocês acham que esse mesmo percentual faria se tivesse um pouco mais de organização e objetivos de luta?

É isso que a nossa categoria tem quando entra (uma vez por ano) em Campanha

Salarial, objetivo e organização, e para quem acha que não temos a organização necessária, é porque não participa das discussões no aperfeiçoamento dessa organização. O mais fácil é ficar de fora criticando aqueles que se arriscam em benefício de todos.

Agora, pense um pouco e diga se um movimento de 1% da população é histórico, você ainda acha que os movimentos dos trabalhadores do Judiciário Paulista, que em muitos momentos durante as greves chegaram a índices como 50%, 70% e mais de 80%, não fazem parte da história dos trabalhadores brasileiros? Você ainda acha que os poucos benefícios e reposições salariais que temos foram dados por presidentes do Tribunal de Justiça e governadores bonzinhos?

Pois bem, quem nunca quis fazer parte da história? Quem vai poder dizer no futuro: “eu estava lá”, “eu fiz acontecer” e “essa é a nossa história”? Vamos aproveitar esse período calmo para se organizar mais e mais.

NÃO FIQUE SÓ, FIQUE SÓCIO DA ASSOJUBS!

ESPAÇO DO LEITOR

Este é um espaço dedicado aos leitores de “O Processo” para que se expressem de diferentes formas, seja através de opiniões, poesias e crônicas.

Faça parte do nosso informativo, escreva para faleconosco@assojubs.com.br ou entregue seu material junto à Diretoria de Comunicação.

Homenagem

Ao nosso grande amigo Made

Por José Carlos de Almeida

Quando se perde dinheiro, perde-se pouco.

Quando se perde a saúde, perde-se muito.

Quando se perde o caráter, perde-se tudo.

Poucas são as pessoas que quando perdem dinheiro, não se preocupam nem choram.

Mesmo quando começam a perder a saúde, ainda se mantêm fortes, cheios de vontade de viver e ajudar a quem precise.

Mas que nunca, nunca, nunca se permitem aviltar o caráter. Assim era o Made. Homem honrado, pai dedicado e que tinha orgulho de lutar por justiça sempre ao lado dos amigos.

Que Deus te proteja e te guarde onde estiver.

Esta foi uma pequena homenagem ao nosso grande amigo Orimaldo Burburema de Almeida (Made), falecido no dia 22 de maio.

“Os covardes morrem várias vezes antes da sua morte, mas o homem corajoso experimenta a morte apenas uma vez”.

(William Shakespeare)

José Carlos de Almeida, escrevente técnico judiciário da Comarca de Santos e diretor de Comunicações da Assojubs



Errata

Diferente do que foi divulgada na programação social/esportiva da última edição de “O Processo” (informativo 18/2013), não será realizada a Feijoada Jubs, prevista para 31 de agosto, em virtude da indisponibilidade de data.

E X P E D I E N T E



Diretoria

Alexandre dos Santos - presidente
Luiz Tadeu Milito - vice-presidente
Rosângela dos Santos - secretária geral
Sílvia José Realle - tesoureira
Michel Iorio Gonçalves - 1º secretário
Laércio Arnesto - 1º tesoureiro
Nicolas Madureira Barbosa - diretor jurídico
Luís Fabiano Mendes - diretor de planejamento e infraestrutura

José Carlos de Almeida - diretor de comunicações
Paulo Ferreira Luz - diretor de organização política e sindical
Mário Augusto Bernardes - diretor de convênios
Eduardo Alexandre Teixeira Requejo - diretor de esportes

Solange Martins de Oliveira Fernandes - diretora social e cultural

Conselho

Adelson Pereira Gaspar
Paulo Afonso Filgueiras Júnior
Paulo Sampaio Mercadante Filho
Alessandro Muniz Barreto

Redação

Camila Marques, José Carlos de Almeida,
Luiz Milito, Sílvia Realle e Rosângela dos Santos
Jornalista responsável:
Camila Marques MTB 34.448

Diagramação: www.cassibueno.com.br
Impressão: Gráfica Diário do Litoral -
Tiragem: 5 mil exemplares

Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo - Assojubs
Assojubs Santos -

Av. São Francisco, 276/278, Centro,
Fone: 3223-2377 - 3223-5278
Assojubs São Vicente - Rua Campos de Bury, 18, sala 11,
Parque Bitaru, Fone: (13) 3468-2665
Assojubs São Paulo - Rua da Glória, 152, Cj. 42, Liberdade, Fone: (11) 3101-6085
e-mails: faleconosco@assojubs.com.br - secretaria@assojubs.com.br
www.assojubs.org.br

Oficiais de Justiça

A Central de Mandados na Comarca de Santos

Por Mario Sergio Soares

Finalmente chegou à Comarca de Santos, no último mês de junho, a tão falada Seção Administrativa de Distribuição de Mandados (SADM), a Central de Mandados!

Como sempre acontece com as iniciativas do Tribunal de Justiça, veio no atropelo e marcada pela improvisação, no bojo de uma série de alterações profundas na sistemática dos cartórios, que incluíram a passagem para o software do Sistema de Automação Judiciária (SAJ) e a implantação dos processos digitais.

Falta de local adequado, aprendizagem deficiente, sistema com falhas que impediram os funcionários de aproveitar o período de treinamento, a ansiedade dos oficiais em função das alterações de trabalho que se avizinhavam, tudo indicava uma perspectiva sombria para a instalação da Central.

No momento de maior dificuldade, porém, sobreveio algo há muito buscado na categoria e que não se encontrava: a solidariedade e a união para o enfrentamento dos problemas.

Os oficiais passaram a se organizar e, utilizando a experiência já existente em fóruns da Capital, conseguiram dar conta de problemas sérios que ameaçavam o funcionamento do sistema: divisão de áreas de trabalho, divisão dos colegas dentro das áreas, escalas de plantão presencial e de júri, etc.

Organizados em uma comissão que mantém diálogo constante com a chefia administrativa da Central e o juiz corregedor, os oficiais de Santos continuam enfrentando os problemas, que surgem todos

os dias. Por terem atuado em varas especializadas durante muitos anos, surgem dificuldades no desenvolvimento do trabalho quando se trata de matéria diferente daquela onde sempre atuaram. Para isso, mais uma vez, a solidariedade tem feito a diferença, pois há sempre um colega disposto a orientar àqueles que tem dúvidas.

Ainda existe muito a ser corrigido. As instalações da Central em Santos são divididas por quatro salas, em locais improvisados. Os pedidos ao TJ no sentido de que a instalação fosse adiada, o que permitiria a escolha de um espaço melhor, foram rejeitados, pois “o cronograma tinha que ser respeitado”. A cada dia surgem dúvidas no cumprimento de mandados porque mesmo entre os cartórios da mesma matéria existem procedimentos diferentes, pelo entendimento diferente dos juízes a respeito do mesmo assunto.

São problemas que poderiam ser enfrentados se os magistrados seguissem o exemplo dos oficiais, discutindo abertamente e chegando a um consenso.

Além das dificuldades internas, os oficiais ainda enfrentam piora nas condições de trabalho por conta da violência que aumenta a cada dia. Porém, é contínua a luta por melhorias que permitam tais servidores exercerem a atividade, que representa a face visível da Justiça para a população, de forma digna e eficiente.

Mario Sergio Soares, oficial de justiça da Comarca de Santos, associado da Assojubs e secretário de Cultura do Sintrajus

O funcionamento em Praia Grande

Por Riberto Cacheiro

Recebida com desconfiança e certo temor por muitos colegas, a Seção Administrativa de Distribuição de Mandados (SADM), mais conhecida por Central de Mandados, já mostrou que não morde... sequer assusta.

Em dois meses de funcionamento já vai apresentando alguns resultados positivos e boa aceitação por parte do grupo envolvido, apesar da necessidade de alguns ajustes pontuais.

Os oficiais de justiça assimilaram tratar-se de um projeto voltado para agilizar a concretização das decisões judiciais através de uma racionalização bastante simplista das rotinas dos servidores.

Conclui-se que, a partir do andar de cima, como de praxe, reduzir o espaço geográfico de circulação e

dividir igualmente os respectivos mandados, efetuando o afastamento da necessária especialização (Cível, Criminal, Família, Fazenda, entre outras), será o bastante para que o Judiciário Paulista finalmente se livre da incômoda situação em que afundou após décadas de magistracia absoluta.

Pois bem, mas não será exatamente assim que as coisas se darão. Em pouco tempo, todos os oficiais de justiça terão dominado o novo padrão e superado as dificuldades iniciais observadas no lançamento de certidões ao sistema informatizado, satisfazendo assim seus idealizadores.

Não obstante, terão também perdido por completo a memória processual que possuíam até recentemente, posto que a novidade os afastam das partes, dos temas tratados na lide, seus detalhes, da emo-

ção mesmo de fazer valer o texto legal.

Desvinculados do processo e rebaixados a meros autômatos, haverá o comodismo em apenas dar cabo dos mandados, sem conhecer o histórico da demanda até a decisão proferida. Simples questão de “gestão” em busca de prover maior “eficácia” à Justiça Bandeirante, diriam os defensores do novo sistema.

É fácil observar que o comando da Casa optou pela quantidade, desprezando, por consequência, a qualidade na prestação do serviço ao público. Todos perderão a médio prazo, mas as metas fixadas pelos gerentes de plantão terão sido alcançadas.

É aguardar e conferir...

Riberto Cacheiro, oficial de justiça da Comarca de Praia Grande, associado da Assojubs e secretário de Comunicações do Sintrajus

São Vicente: o paradoxo da SADM

Por Claudia Damião

A instalação da Seção Administrativa de Distribuição de Mandados (SADM), a Central de Mandados, trouxe muita novidade para a vida dos oficiais de justiça da Comarca de São Vicente. Nem tudo pode ser considerado negativo, pois, muita mudança positiva aconteceu.

Uma classe tão desunida pela natureza do trabalho, externo ao fórum, de repente se viu passando por situações em que estava dividindo o mesmo espaço, passando horas juntos, precisando da ajuda uns dos outros, ninguém conhecia o Sistema de Automação Judiciária (SAJ) agravado pela falta de domínio da nova ferramenta: o computador; somado ao fato de que todos passaram a executar serviço que não faziam antes.

Foi assim que esta novidade do Tribunal de Justiça trouxe o paradoxo à vida de todos. Sonho da vida do oficial, não marcar ponto, agora, o ponto está parcialmente dispensado. Porém, o oficial, além de precisar ir todos os dias na Central para

certificar, trabalho que era feito em casa, ainda fica por horas nas dependências da seção em busca de computadores, nunca suficientes para a demanda, com muito menos tempo de ir para a “rua” cumprir seus mandados.

Positivamente, os oficiais ficaram mais unidos. Com a troca de informações, o coleguismo aumentou 100%. O número de atos praticados também democratizou, acontecendo uma distribuição com mais igualdade entre todos.

O SAJ não é funcional e nem possui ferramentas que tenham vindo para contribuir com a vida dos oficiais, vê-se que ele possui mais função de controle do trabalho do oficial do que um facilitador e dinamizador da função burocrática, a execução das certidões.

Os funcionários da Central de Mandados não foram escolhidos pelo conhecimento do serviço, o que provocou, em alguns momentos, uma sobrecarga desnecessária aos oficiais, agravado pelas falhas de

distribuição do sistema. Problema que foi sanado somente pela atenção e empenho dos servidores da Central, pois se dependesse do Apoio SAJ, ou do Tribunal, o problema estaria agravado e fora de controle.

No momento, a maior dificuldade enfrentada na Comarca é em relação aos plantões judiciários, pois, os oficiais, perdendo o vínculo com os cartórios, são tratados como estranhos, ficam “jogados” em um corredor no Fórum de Santos, além de ficar um jogo de empurra para ver quem paga os atos realizados.

Questões a serem solucionadas são inúmeras: regulamentação da condução coercitiva, distanciamento com os cartórios fazendo com que os oficiais fiquem indo de um para outro sanar problemas de mandados mal redigidos, falta de documentação e cadastro incompleto.

Claudia Damião, oficial de justiça da Comarca de São Vicente e associada da Assojubs

Sindical

História de luta da classe trabalhadora (parte 3)

Por Paulo Ferreira Luz

Dando sequência à história da luta da classe trabalhadora no Brasil, que marca o início do chamado “Sindicalismo Libertário”, em abril de 1919, os operários da Fiação Ipiranguinha, na região do ABC, que já vinham se movimentando contra a jornada noturna de trabalho, sofreram uma intensificação das perseguições no final daquele mês, aumentando o clima de revolta no interior da fábrica, que culminou com a deflagração de uma greve em 1º de maio. Uma passeata realizada no dia 5 terminou com o assassinato de um dos líderes da União Operária, Constantino Castellani, pelas forças policiais em frente à fábrica de móveis Streiff, na cidade de Santo André.

Após a paralisação de 1919, a União Operária foi duramente reprimida e desorganizada com a prisão de seus líderes, mas, mesmo assim, as lutas continuaram a ocorrer, destacando-se o movimento dos trabalhadores das pedreiras, uma das mais combativas categorias da época, que em outubro de 1922, venceram os patrões e conquistaram várias melhorias salariais e trabalhistas, após uma greve coesa e firme.

As manifestações populares contra a carestia foram uma das principais expressões do movimento popular ao longo de vários anos. Nesse período do sindicalismo libertário, havia uma articulação bastante estreita entre a luta operária e o movimento popular, com grandes campanhas de boicote das famílias operárias aos produtos de empresas onde os patrões haviam reprimido ou demitido trabalhadores.

Panfletos eram lançados recomendando que a população não consumisse determinados produtos, dando o nome dos patrões e o motivo do boicote. O modelo do sindicalismo em questão,

que permitiu um grande avanço das lutas operárias no início do século passado, começou a perder espaço político no movimento à partir da década de 20.

Essa crise política decorreu principalmente da própria concepção de revolução dessas correntes, pois se baseavam na greve geral revolucionária e no levante das massas armadas e decididas a varrer de uma só vez os seus opressores seculares, abolindo o Estado e inaugurando uma nova era de paz, trabalho e fraternidade. Essa estratégia se mostrava insuficiente para levar adiante o movimento e as aspirações históricas da classe operária.

A sociedade brasileira começou a se tornar mais complexa, o poder do Estado e da classe dominante crescia de forma acelerada. A ingenuidade política que marcava a proposta política do anarquismo e do anarco-sindicalismo começou a ficar bastante clara para a liderança do movimento.

Dois fatores políticos contribuíram de forma decisiva para a crise do anarquismo: A revolução soviética de 1917, que fortaleceu as correntes marxistas e colocou o socialismo em novas bases, e a repressão desencadeada por Artur Bernardes a partir de 1924. Esse quadro seria agravado pela “Revolução de 1930”, liderada por Getúlio Vargas, que será abordado na próxima edição, com o tema “Estado e classe operária após 1930”.

Fonte: Imagens da luta 1905-1985, editado pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação-CEDI, e publicado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema/SP.

Paulo Ferreira Luz, escrevente técnico judiciário da Comarca de Itanhaém e diretor de Organização Política e Sindical da Assojubs

Funcionalismo

O servidor público e a qualificação profissional

Por Edney Carvalho Valentim

Muitos servidores nunca desempenharam quaisquer atividades na iniciativa privada. E os que desempenharam, em sua maioria, foi há muito tempo atrás, então, hoje, quando em respostas a um questionário, ou quando indagado a respeito da profissão, é dito: “sou funcionário público”.

O problema é que o “profissional funcionário público” não é muito bem visto pela sociedade e a fama, geralmente, é a de altos salários e/ou pouco trabalho. As críticas são constantes da população, a grosso modo, e às vezes chateiam o servidor, mas essas pessoas, na verdade, não tem uma opinião formada, elas apenas reagem às deficiências do sistema.

O ruim é quando as críticas e a falta de reconhecimento vem de dentro da Administração e de profissionais que esquecem que o funcionário público desconhece palavras como cursos, capacitação, reciclagem, entre outras.

No mundo corporativo a aposta das empresas é investir na qualificação profissional para melhorar os resultados financeiros e operacionais. No funcionalismo, infelizmente, ainda não chegou a esse estágio e isso não por culpa do trabalhador, que em quase sua totalidade não passa de um operador.

Para os que não tem memória, não tem idade, os que estavam estudando ou quaisquer outras situações, existem “profissionais funcionários públicos” que começaram trabalhando em máquina de escrever manual, passaram pela elétrica e chegaram aos computadores sem nenhum curso para isso, um ensinando o pouco que sabia para o colega, outros pagando ensino do próprio bolso ou na base da curiosidade mesmo, trabalhadores deixando maridos, esposas e filhos em casa para fazer faculdade à

“ “
O problema é que o “profissional funcionário público” não é muito bem visto pela sociedade e a fama, geralmente, é a de altos salários e/ou pouco trabalho
 ” ”

noite, sem nenhum incentivo financeiro para tal, pessoas que passaram cinco, 10, 20 e tantos anos sem receber nenhum tipo de formação.

É tamanho o “estresse” por conta de reclamações e pessoas resmungando nos balcões das unidades cartorárias que há clamor pelo bom senso e por uma melhor reflexão na hora de “jogar a conta” no colo dos funcionários públicos, pois eles não são insensíveis às aflições das pessoas e, além de se colocarem no lugar de quem está sendo atendido, muitas vezes também ficam do outro lado em diferentes repartições.

Nesse momento em que se fala tanto em mudanças e reformas, os governantes deveriam reservar um espaço nos debates para que se discuta sobre investimentos também na qualificação de seus funcionários, para que eles possam se sentir mais valorizados e que, com uma melhor qualificação, possam melhorar o atendimento e corresponder, pelo menos, parte dos anseios da população que os procuram.

Edney Carvalho Valentim, escrevente técnico judiciário da Comarca de São Vicente e associado da Assojubs

Iamspe

CCM promove Audiência Pública na Câmara de Santos sobre atendimento médico na região

No intuito de fomentar a discussão sobre o atendimento médico ao servidor, seus dependentes e agregados na região, a Comissão Consultiva Mista (CCM) do Iamspe, plenária de entidades do funcionalismo público que milita em prol do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, promoveu, em 17 de maio, na Câmara Municipal de Santos, uma Audiência Pública.

O debate, que contou com a participação da Assojubs, por seu presidente, Alexandre dos Santos, da secretária geral, Rosângela dos Santos, do 1º secretário, Michel Iorio, e Laércio Armesto, 1º tesoureiro, e representantes do Sintrajus, Capesp, Apeoesp, Afpesp, Apampesp, Udemo e Sifuspesp, abordou problemas como a ausência de um espaço físico para atendimento, credenciamento de clínicas e hospitais na Baixada Santista, a falta da contrapartida financeira de 2% por parte do Governo do Estado e o enxuto repasse de verbas para a região.

Também foi tratado a respeito do projeto do governador Geraldo Alckmin (PSDB) de passar a administração do Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE), pertencente ao Instituto, para uma Parceria Público Privada (PPP), suspenso no momento devido à mobilização e pressão do funcionalismo em seus últimos atos contrários à ideia.

Os trabalhos da Audiência foram coordenados pelo vereador Benedito Furtado (PSB) com a participação de Marcelo Del Bosco, Secretário de Defesa da Cidadania de Santos, Wagner Magosso, diretor do Decam (Departamento de Convênios e Assistência Médica do Iamspe) e Eduardo Tenório, diretor do Ceama (Centro de Atendimento Médico e Ambulatorial do Instituto) de Santos.

Aproveitando a fala de Del Bosco que, em nome do prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), se colocou à disposição para ver o que pode ser feito na Cidade em conjunto com outras entidades, o presidente da Assojubs cobrou uma solução prática, pois, em relação ao atendimento na região, houve um retrocesso nas tratativas frustradas com a Casa de

Saúde e o Hospital Modelo de Cubatão, além do descredenciamento da principal clínica que realizava consultas, exames e procedimentos médicos.

“Nada vingou e ainda perdemos o que tínhamos. Nos é passado que sempre está para acertar, mas nada fecha. Pelo que se arrecada aqui, não se investe um mínimo na região. Gostaria de solicitar ao secretário Del Bosco empenho e gestões junto ao governador para que seja feita a contrapartida”, ressaltou Alexandre dos Santos.

Reforçando a cobrança, o coordenador do Litoral da CCM Iamspe, Guilherme Nascimento, argumentou: “Precisamos de prazo, está na hora de respostas”. Ele ainda falou sobre o avanço com o credenciamento do Hospital Santo Amaro, no Guarujá, mas lembrou que “esse convênio não é viável para uma parcela significativa da Baixada”.

Nascimento também apontou o modelo de atendimento adotado pelo Iamspe que funciona no resto do Estado, menos no Litoral em que a proposta não deu certo. “Temos que ter uma estrutura própria e creio que a Prefeitura também tem que agir”, finalizou o coordenador do Litoral da CCM.

Comissão Regional Santos-Litoral Sul é recebida por Davi Zaia

Em sequência à discussão sobre a saúde do servidor público estadual na Baixada Santista, no dia 28 de maio, a Comissão Regional Santos-Litoral Sul do Iamspe (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual), da qual a Assojubs faz parte, foi recebida, na Capital, pelo secretário estadual de Gestão Pública, Davi Zaia.

A Comissão Regional presente ao encontro foi composta por Rosângela dos Santos e Michel Iorio Gonçalves, respectivamente secretária geral e 1º secretário da Assojubs, Guilherme Nascimento (Capesp), Enio de Almei-

da (Capesp) e Viridiana Amaral Coelho (Udemo). Acompanharam a reunião Rogério Barreto (secretário adjunto de Gestão Pública - PPS), Célia Palma (CCM Iamspe - Afalesp), Rosalina Chione (CCM Iamspe - Udemo), Fábio Ferraz (secretário de Gestão de Santos) e Marcelo Del Bosco Amaral (secretário de Defesa da Cidadania de Santos - PPS)

Em resposta aos questionamentos da Comissão Regional, Zaia disse que a Secretaria de Gestão fará todos os esforços para ampliar o atendimento médico-hospitalar, pois hoje apenas o Hospital Santo Amaro, no Guarujá, está credenciado ao Iamspe. Ele ainda se dispôs a promover articulações com as prefeituras de região.

Zaia também declarou que em breve as licenças médicas curtas (dois dias, por exemplo) deixarão de necessitar de perícias médicas, evitando a perda de tempo por parte do servidor e do acúmulo de papéis pela Secretaria de Gestão. Ou seja, a licença será automática, bastando o atestado médico.

Os secretários municipais de Santos presentes à reunião, também se comprometeram em agilizar e ajudar a Secretaria de Gestão do Estado no sentido de disponibilizar prédios públicos na Cidade para o funcionamento do Ceama Santos, além do suporte político na busca por convênio médico-hospitalar.

Outros pontos levantados e que serão alvo de análise pela Secretaria de Gestão foram um espaço para atendimento médico próximos a Peruíbe e Itanhaém, o que beneficiaria o Litoral Sul e Vale do Ribeira, e a possibilidade de criar uma solução para a falta de leitos e de transporte adequado (ambulâncias) aos usuários do Iamspe.

Na Alesp, Audiência Pública sobre o orçamento de 2014

Em 27 de junho, a Comissão Consultiva Mista (CCM) do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Esta-

dual (Iamspe) fez uso do Plenário Paulo Kobayashi da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) para a realização de uma Audiência Pública sobre o orçamento de 2014.

Cerca de 200 representantes do funcionalismo estadual estiveram presentes na discussão, entre eles o vice-presidente e a secretária geral da Assojubs, Luiz Milito e Rosângela dos Santos, respectivamente, além dos deputados Marcos Martins (PT), que preside a Frente Parlamentar em Defesa do Iamspe, Ulysses Tassinari (PV), Adriano Diogo (PT), Major Olímpio Gomes (PDT) e Mauro Bragato (PSDB).

Entre as manifestações dos parlamentares, todos, sem exceção, foram unânimes em defender mais recursos para o Iamspe, com a finalidade de descentralizar o atendimento médico aos servidores, dependentes e agregados.

Por parte dos representantes, muitas explicações. Pelo Judiciário, o vice-presidente da Assojubs reafirmou a necessidade de reforçar a luta para exigir a contrapartida do Governo - 2% - para o Iamspe e a criação do Conselho Administrativo e Deliberativo com a participação efetiva dos servidores: “Vamos aproveitar esse momento que os movimentos conseguiram conquistas e saber combinar as nossas lutas”.

A secretária geral da Assojubs também fez uso da palavra e destacou a surpresa e indignação com a suspensão do credenciamento de convênios na Baixada Santista. “Em 17 de maio, na Audiência Pública ocorrida na Câmara Municipal de Santos, Wagner Magosso, diretor do Decam [Departamento de Convênios e Assistência Médica do Iamspe], afirmou que em três meses seria resolvido o problema deixado pelo descredenciamento da clínica que atendia na região, mas nada aconteceu” ressaltou Rosângela dos Santos.

Além da Assojubs, participaram da Audiência Pública representantes da AASPTJ-SP, Affocos, Aojesp, Assetj e Sindjesp Caieiras e São Paulo.

Campanha Salarial

TJ apresenta pagamento retroativo do saldo da Avaliação de Desempenho; no

Em reunião com o conjunto das entidades representativas dos trabalhadores do Judiciário Paulista, do qual faz parte a Assojubs, para responder acerca dos itens elencados na pauta reivindicatória da categoria, de concreto, a Presidência do Tribunal de Justiça apresentou dois pontos: o pagamento retroativo do saldo da reposição deste ano e o crédito da Avaliação de Desempenho.

No mais, apenas promessas. Sobre os demais itens da pauta tratados durante a reunião, que aconteceu em 19 de julho, no Palácio da Justiça, na Capital, o presidente do TJ, desembargador Ivan Ricardo Garisio Sartori, só apresentou estudos para a viabilidade deles.

Atrasados

Em relação ao pagamento dos atrasados, a diferença da reposição salarial será quitada em setembro. Devido a um erro de cálculo do Tribunal, foi pago na data-base, em março, 6,5%, ficando pendente o retroativo, em torno de 0,27%. Pressionado pelas entidades, Sartori falou na possibilidade de pagar um percentual maior, mas, na ocasião, afirmou que não poderia garantir, pois disse estar na dependência do orçamento.

E onze dias após a reunião, em 30 de julho, por meio de sua rede de acesso restrito aos servidores (intranet), a Presidência anunciou o pagamento de 1% da diferença retroativa ao mês de março na folha de setembro, para recebimento em outubro.

Ainda na reunião, Sartori argumentou que o débito com os servidores - as parcelas de 4,77% (março a dezembro de 2010) e 1,5% (seis meses de

2011) - também dependem do fechamento do orçamento em dezembro, quando saberá o saldo das contas pagas. Hoje, as perdas salariais chegam a 13,14%.

Plano de Cargos e Carreiras

A respeito da revisão do Plano de Cargos e Carreiras (PCC), o presidente explicou que pesou as ponderações dos servidores e que o projeto já estava apto a ser apresentado ao Órgão Especial do Tribunal, o que aconteceu no dia 31 de julho.

Aprovada pelo Pleno, a minuta do projeto que altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar 1.111/10, foi encaminhada, no dia 6 de agosto, à Assembleia Legislativa (Alesp) do Estado.

Agentes Judiciários

Na tratativa acerca dos agentes administrativos, o desembargador afirmou que vai regulamentar o desvio de função, quando o servidor estiver fazendo um trabalho acima de seus deveres. Existe a promessa que o mesmo será contemplado com a gratificação.

Majoração do auxílio saúde

O presidente aceitou que o melhor é a majoração do auxílio saúde em vez de instituir um plano médico para o servidor. A ideia é aumentar para R\$ 250,00 no orçamento de 2014. Cobrado pelos representantes, Sartori falou em pagar esse ano, mas, novamente, disse barrar no fechamento das contas, pois precisa saber o quanto vai sobrar no caixa.

Avaliação de Desempenho

O presidente da Assojubs, Alexandre dos Santos, indagou

o desembargador acerca da Avaliação de Desempenho. Assim como informado na reunião, o resultado já foi divulgado no Diário da Justiça Eletrônico (DJE), publicação de 23 de julho. O crédito foi inserido na folha do mês para pagamento em agosto.

Comissões

Tanto para a Comissão de Oficiais de Justiça quanto para a Comissão de Insalubridade foram prometidos avanços, com reuniões de trabalho a serem convocadas.

Prédios

Sartori disse que está finalizando projetos para construções de prédios nas diversas comarcas do Estado e agilizando o quanto pode as reformas para melhores condições de trabalho e acessibilidade. Foram lembrados os casos de Carapicuíba, Santo André e Brás.

Em Santos, assim como em outras comarcas, os prédios não possuem água potável para os servidores, distribuída apenas para algumas seções. Esse é um dos itens da pauta, um direito básico dos trabalhadores. Após a reclamação, Sartori solicitou a um assessor que fosse revista a situação.

Horas credoras

Outro assunto abordado foi o pagamento em dinheiro das horas credoras ou sobre uma forma menos burocrática e mais justa delas serem utilizadas. O presidente pediu um prazo de 30 dias para regulamentar a situação.

Assédio Moral

Milito solicitou que possa ser disponibilizado nos pré-



Alexandre dos Santos, Luiz Milito, Silvio Realle e Fabiano Mendes, os representantes da Assojubs presentes na tratativa com a Presidência

dios o material informativo da Campanha Contra o Assédio, pois em alguns locais os juizes diretores não permitem. Sartori falou que autoriza, mas que seja encaminhado um ofício ao Conselho Superior da Magistratura para tal.

Também foi pedido pelo vice-presidente da Assojubs um comitê para tratar do assédio moral porque o canal aberto no TJ para o tema não é muito viável e a regulamentação da Organização Por Local de Trabalho para que os servidores possam se reunir, pelo menos, uma vez por mês. Sartori passou a questão aos seus assessores para que possa ser resolvida.

Abaixo-assinado

A Assojubs protocolou com o presidente um abaixo-assinado que destaca a insatisfação dos servidores com a imposição no novo horário de expediente forense, um documento que reúne quase cinco mil assinaturas, colhidas em apenas uma semana.

Presentes

Pelos representantes estiveram presentes: Alexandre dos Santos, Luiz Milito, Silvio Realle e Fabiano Mendes (Assojubs), Assetj, Apatej, Aojesp, Affocos, AASPTJ-SP, Fespesp, Aecoesp, Asjcoesp, Assojasp, Sindicato dos Oficiais de Justiça, Affi, Assjesp, Assejus Sintrajus, Sindjesp Caieiras-SP, Sindjesp Região Metropolitana SP, Sindjesp ABCDMRR e Comando da Base.

Pelo TJ participaram, além de Sartori, os juizes assessores Marcus Vinícius Gonçalves e Guilherme Macedo, secretário do Cetra, Kauy Carlos Lopérgolo de Aguiar, secretário da Presidência e coordenador do Cetra, Samuel Alves de Melo Júnior, presidente da Seção de Direito Público, Tarcísio dos Santos, chefe de Gabinete da Presidência, Lilian Salvador, secretária de Planejamento de Recursos Humanos, Diva Elena, do SGRH, Yaeco Fujita Azuma, da SOF, e Mariângela Maluf, secretária da Área da Saúde.

Saldo da reposição deste ano e o crédito mais, promessas para dezembro



Presidência anuncia 1% da diferença da data-base

Em 30 de julho, o Tribunal de Justiça de São Paulo divulgou, por meio de sua rede de acesso restrito aos servidores (intranet), que pagará na folha de setembro, para recebimento em outubro, 1% da diferença retroativa ao mês de março, quando os servidores receberam 6,5% de reajuste. A diferença a ser paga seria de 0,27%, mas a Presidência determinou que fosse pago 1%.

O TJ também informou o pagamento dos atrasados em relação à progressão/promoção de julho de 2012 a junho de 2013 e, ainda para setembro, foi determinado o aumento do valor mensal destinado ao pagamento de indenizações (férias e licença-prêmio) a servidores ativos e aposentados.

Nas tratativas acerca da revisão do Plano de Cargos e Carreiras (PCC), as propostas apresentadas pela Comissão de Servidores, da qual a Assojubs faz parte representada por seu presidente, Alexandre dos Santos, aos membros do Tribunal de Justiça foram acolhidas pelo presidente do Órgão, desembargador Ivan Ricardo Garisio Sartori.

O anúncio deu-se em mais uma reunião de discussão sobre o tema, realizada na tarde do dia 26 de junho, no Palácio da Justiça, na Capital. A discussão, que não pode ser acompanhada pela imprensa das entidades por se tratar de um encontro de trabalho, de acordo com os representantes do TJ, contou com as presenças do juiz assessor da Presidência, Marcus Vinícius Rios Gonçalves, Tarcísio dos Santos, chefe de Gabinete da Presidência, e Diva Helena Gatti da Mota Barreto, da Secretaria de Recursos Humanos.

Pelos servidores, participaram, além da Assojubs, a Assetj, Affocos, Aojesp, Apatej, Assojuris, AASPTJ-SP, Sintrajus, Sindjesp Caieiras e São Paulo e Sindjesp Região Metropolitana.

Entre os pontos revistos do PCC está o adicional de qualificação que deverá incidir sobre os vencimentos do servidor e não sobre a referência e grau inicial do cargo, atingindo ativos e inativos. A conclusão do curso deve ser efetivada antes da aposentadoria. O que ainda não foi definido é acerca das gradua-

Discussão sobre o Plano de Cargos tem itens acolhidos



Comissão de Servidores em debate sobre a revisão do projeto

ções, pois a reivindicação das entidades é que seja estendido a todos as áreas e não apenas as de interesse do Judiciário.

A minuta do projeto que altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar 1.111/10 passou pelo Órgão Pleno do TJ em 31 de julho. Aprovada, a revisão do PCC foi encaminhada, no dia 6 de agosto, à Assembleia Legislativa (Alesp) do Estado.

A discussão também aventou a possibilidade de um reajuste de 10,55% na tabela de vencimentos da categoria como forma de recompor a perda inflacionária acumulada. Por trazer impacto financeiro à folha do TJ, é provável que a questão seja foco de projeto separado a ser encaminhado à Assembleia Legislativa.

Progressão funcional é concluída, mas resultado gera dúvidas

Sobre a progressão funcional, concluída e publicada em julho, a divulgação do resultado da Avaliação de Desempenho pelo Plano de Cargos e Carreiras (PCC), gerou dúvidas nos trabalhadores precisamente em um ponto: foi a não progressão funcional de muitos servidores por conta da chamada “falta médica”.

Para esclarecer sobre tal ponto, que o Tribunal de Justiça utilizou como fator interruptivo para a concessão da progressão, a Assojubs, representada por seu presidente, Alexandre dos Santos, e vice-presidente, Luiz Milito, e demais entidades que fazem parte da Comissão de Servidores estiveram na manhã de 30 de julho, na Capital, reunidas com membros

da Secretaria de Recursos Humanos.

De acordo com o TJ, representado no encontro por Diva Helena Gatti da Mota Barreto, secretária de Planejamento de Recursos Humanos, Lia Rodrigues, responsável pela folha de pagamento, e Fátima Rendohl, diretora de Benefícios, a não progressão desses servidores pela “falta médica” se deve à interpretação do artigo 4º, do inciso III da Lei Complementar 1.041/2008, que dispõe sobre o vencimento, a remuneração ou salário do servidor que deixar de comparecer ao expediente em virtude de consulta ou sessão de tratamento de saúde.

Ou seja, o trabalhador pode ser bem avaliado, mas se tiver uma única “falta médica”, não receberá o benefício. Discordando da interpretação do TJ, os membros da Comissão de Servidores que tratam sobre o PCC, analisam que tal entendimento é injusto e prejudica os trabalhadores bem avaliados por conta do critério, por isso solicitaram uma reunião com a Presidência a fim de discutir a questão com o desembargador Ivan Ricardo Garisio Sartori.

A conclusão dessa reunião - bem como os demais assuntos de interesse da categoria - pode ser lida em nosso site www.assojubs.org.br e na próxima edição de “O Processo”.

A Comissão de Servidores foi composta também por Vilma Regina da Silva (AASPTJ-SP), Maurício Queirós (Affocos), José Gozze (Assetj), Mário José Mariano (Apatej) e Adolfo Benediti (Assojuris).

Remoção

Escreventes fizeram as inscrições; processo para demais cargos em agosto

Novo horário

Em reunião, presidente promete retomar o assunto

Tema polêmico e controverso entre a categoria, o novo horário de expediente forense, das 10 às 18 horas, objeto da Portaria Nº 8.782/2013, editada pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e publicada no dia 2 de julho, foi incessantemente abordado na reunião (19/7) das entidades representativas com o desembargador Ivan Ricardo Garisio Sartori, gestor da Casa.

Inicialmente, o presidente do TJ, se mostrou irredutível acerca do assunto, alegando que trabalhar em turnos distintos "não era produtivo" e que estabelecer um horário fixo, além de "racionar o serviço", gera economia. E firmou sua posição em uma das falas aos dirigentes: "Abri mão de muita coisa, porém, isso é imutável".

A questão foi constantemente trazida à discussão, mas o desembargador se esquivou diversas vezes. No transcorrer das tratativas, cerca de 100 servidores - de prédios da Capital, Grande São Paulo e Baixada Santista - permaneceram na lateral do Palácio da Justiça em protesto ao novo horário de expediente forense imposto pelo Tribunal.

A categoria entende que o novo horário, da forma como foi imposto, com o ano em curso, torna impraticável certas mudanças,

Após uma luta incansável, com muitas reivindicações e discussões entre os representantes da categoria e o Tribunal de Justiça, em suas diversas gestões, finalmente o Instituto de Remoção foi implantado e teve o processo aberto, inicialmente com inscrições para o cargo de escrevente técnico judiciário de 16 a 25 de julho.

E logo na sequência da abertura das inscrições, no dia 17, na sala do Cetra (Centro de Treinamento de Apoio ao Servidor), no Fórum João Mendes, Capital,

dirigentes e membros do Tribunal já discutiram ajustes sobre a aplicabilidade do Processo de Remoção.

Entre as propostas apresentadas pelos representantes, uma delas foi a de antecipação para o mês de abril do prazo para a Remoção em 2014, no intuito de buscar contemplar os servidores que não obtiverem êxito nesse primeiro processo. Essa e outras sugestões serão levadas ao conhecimento do presidente, desembargador Ivan Sartori, para

análise.

Por parte dos servidores, integram o Comitê de Gestão Permanente do Processo de Remoção Alexandre dos Santos (Assojubs), Elisabete Borgiani e Vilma Regina da Silva (AASP-TJ-SP), Maurício Queirós (Affocos), José Gozze (Assetj), Mário José Mariano (Apatej) e Adolfo Benedeti (Assojuris). Pelo Tribunal, fazem parte os juízes assessores Silvana Amneris Rolo Pereira Borges e Marcus Vinícius R. Gonçalves, Kauy Carlos

Lopérgolo de Aguiar, secretário da Presidência e coordenador do Cetra, Tarcísio dos Santos, chefe de Gabinete da Presidência, Lilian Salvador, secretária de Planejamento de Recursos Humanos, Ana Lúcia da Costa Negreiros, secretária de Primeira Instância, e Solange de Oliveira, secretária Judiciária.

A previsão para o término do processo de remoção 2013 para escrevente é setembro, para os demais cargos, as inscrições serão abertas agora em agosto.

acarretando em prejuízos e redução de direitos, principalmente em grandes centros, como é o caso da Capital e localidades próximas, devido à dificuldade com a mobilidade urbana em certos horários.

E apesar de dizer que não iria mais discutir o assunto, ao final da reunião, Sartori informou que a princípio vai cumprir a determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que acatou o pedido em ação movida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), mas, se constatar que vai causar muitos transtornos, irá avaliar o caso. "Vamos ver se haverá problemas e depois nos reunir para solucionar", definiu, marcando para daqui três meses essa conversa.

Durante a reunião, a Assojubs, pelas mãos de seu vice-presidente, Luiz Milito, protocolou com Sartori um abaixo-assinado que destaca a insatisfação dos servidores com a imposição no novo horário de expediente forense, um documento com quase cinco mil assinaturas, colhidas em apenas uma semana.

Servidores debatem e protestam pela revogação da portaria

Além do ato durante a reunião das entidades representativas dos servidores com a Presidência do Tribunal de Justiça (19/7), aconteceram mais dois protestos na Ca-



A Assojubs convocou uma discussão e três atos foram promovidos na Capital, pois a categoria entende que o novo horário, da forma como foi imposto, acarreta em prejuízos e redução de direitos



pital pela revogação da Portaria Nº 8.782/2013. A Assojubs, em apoio à categoria, esteve presente às manifestações e promoveu em sua sede santista uma discussão no intuito de ampliar o debate sobre o assunto.

Com participação de servidores de diferentes prédios e comarcas da Grande São Paulo e da Baixada Santista, os protestos foram realizados no dia 24, em frente a entrada lateral do Palácio da Justiça, e 31 de julho, na Pça. João

Mendes. Fazendo uso de faixas, cartazes e do gerador de som, os judiciários apresentaram ao Tribunal e aos passantes a indignação com a imposição.

Em apoio à reivindicação, tanto na reunião em Santos quanto nos atos na Capital, a Assojubs ressaltou que a economia alegada pelo TJ, algo em torno de R\$ 150 milhões, é algo que, na prática, não irá se concretizar, pois os prédios terão atendimento até as 19 horas,

com luzes acesas, computadores ligados e elevadores em funcionamento. E apesar da imposição não causar transtornos a todos os servidores, a luta do trabalhador é coletiva, portanto, a causa é justa já que atinge o colega ao lado.

Nos atos, além da Assojubs, estiveram presentes a AASPTJ, Sintrajus, Sindjesp Caieiras-SP, Sindjesp Região Metropolitana SP, Sindjesp ABCDMRR e Comando da Base.

Lazer

Barraca de Praia Assojubs sob nova direção



A barraca fica em Santos, próximo ao Canal 2

Desde o dia 20 de julho a Barraca de Praia Assojubs está sob nova direção. Agora, o comando das atividades está por conta do trio formado por Elcias Rodrigues da Silva, Paulo Pereira Teixeira e Rafael Rosa Silva, funcionários da Cantina da associação.

Entre as novidades, diversifica-

das opções de petiscos e aperitivos, tudo feito com qualidade e reforçado pela rapidez no atendimento e na prestação de serviço. E para os associados da Assojubs, 5% de desconto no valor final da conta.

Além disso, o trio promete, com a experiência adquirida nas realizações sociais da Assojubs, agitar o

local com as promoções de festas e eventos temáticos. O local também está à disposição dos interessados em fazer uso da barraca para seus festejos particulares, é só entrar em contato e tratar dos detalhes com os rapazes.

Associado, prestigie a Barraca de Praia Assojubs!

Social/Espportes

Fique de olho na programação!

12 DE OUTUBRO
Criança Jubs
Das 13 às 17 horas - na Atmas



3 DE NOVEMBRO
4º Festival de Futebol Society da Assojubs - Comemorativo ao Dia do Funcionário Público
A partir das 9 horas



29 DE NOVEMBRO
Jubileu de Prata da Assojubs
Aguardem!



Não fique só, fique sócio da Assojubs!

- 1) Assistência Jurídica
- 4) Cartão de consumo Vale Card
- 7) Convênios de descontos
- 2) Planos médicos
- 5) Restaurante (Santos)
- 8) Barraca de Praia
- 3) Ambulatório odontológico
- 6) Convênios educacionais
- 9) Lazer - Clube de Campo



Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo



Ficha de Filiação - Associados Efetivos

Número:
 Nome:
 RG: Nascimento:
 CPF: Estado Civil:
 End.: N°: Complemento:
 Bairro: CEP:
 Cidade: Tel.:
 E-mail: Cel.:
 Nextel: ID:
 Função: Matrícula:
 Lotação: Cidade:
 Pai: Nascimento:
 Mãe: Nascimento:
 Cônjuge: Nascimento:
 Dependente: Nascimento:
 Dependente: Nascimento:
 Dependente: Nascimento:

Autorização

Nome:
 titular da conta corrente nº banco ag.
 Autorizo a Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo a debitar mensalmente em minha conta corrente ou via Prodesp o valor equivalente à contribuição de associado: 1% dos vencimentos brutos iniciais da respectiva carreira do quadro funcional dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como outros débitos comprovados e autorizados.
 _____, ____ de _____ de _____
 Assinatura _____
 _____ / ____ / ____
 Ciente _____ Presidente da Assojubs

Sede Santos - Av. São Francisco, 276/278, Centro, CEP 11013-202 - Tel.: (13) 3223-2377
 Sede São Vicente - Rua Campos de Bury, 18, sala 11, Parque Bitaru, CEP 11310-350 - Tel.: (13) 3468-2665
 Sede São Paulo - Rua da Glória, 152, conj. 42, Liberdade, CEP 01510-000 - Tel.: (11) 3101-6085

secretaria@assojubs.com.br
www.assojubs.org.br

2ª Edição

Festival de Futsal Kids Jubs e seus resultados



Equipe Premiere, campeã da categoria sub 15



Equipe Assojubs, campeã da categoria sub 13



Equipe Premiere, campeã da categoria sub 11



Equipe Assojubs, campeã da categoria sub 9



Equipe Assojubs, campeã da categoria sub 7

Pelo segundo ano consecutivo, a Assojubs reuniu a garotada do quadro associativo (dependentes) para mais um Festival de Futsal Kids Jubs, promoção da Diretoria de Esportes e Lazer, realizado na manhã de sábado, 3 de agosto, na quadra do Colégio Cais Santista.

O II Festival de Futsal Kids Jubs teve, na ordem dos confrontos, disputas pelas categorias sub 15 (14 e 15 anos), sub 13 (12 e 13 anos), sub 11 (10 e 11 anos), sub 9 (8 e 9 anos) e sub 7 (6 e 7 anos). As equipes convidadas para o evento esportivo foram o Premiere, Santa Edwiges e o Clube 2004.

As partidas do II Festival de Futsal Kids Jubs tiveram início às 9 horas. Na arquibancada do ginásio, que fica no Centro, em Santos, apoio total dos pais e familiares que marcaram presença na torcida pelos pequenos atletas.

Os resultados do II Festival de Futsal Kids Jubs foram os seguintes:

Sub 15 - Assojubs 3 x 6 Premiere

Sub 13 - Assojubs 1 x 0 Santa Edwiges

Sub 11 - Assojubs 1 x 7 Premiere

Sub 9 - Assojubs 5 x 2 Clube 2004

Sub 7 - Assojubs 8 x 2 Santa Edwiges

As premiações foram entregues para as equipes vencedoras ao final dos jogos. Todos os atletas receberam medalhas de participação e kits com lanche.

Quick Massage

Quartas na Assojubs São Vicente e quintas em Santos

Os associados de Santos e São Vicente dispõem semanalmente das sessões de quick massage nas sedes da Assojubs nas comarcas. Os interessados devem marcar o horário na Secretaria com, no mínimo, dois dias de antecedência para que a massoterapeuta possa organizar sua agenda e prestar um bom atendimento.

Fernanda Moraes está toda quarta-

feira, das 9 às 17h30, na Assojubs São Vicente, e às quintas-feiras, das 8 às 18 horas, na Sede Santos. Para a sessão de 15 minutos o valor é de R\$ 10,00. Já para a sessão de 30 minutos o custo é de R\$ 25,00. O pagamento para associados pode ser feito através do débito em conta.

A quick massage é aplicada em uma cadeira especialmente projetada para a

técnica, que traz benefícios como a redução do estresse, tensão muscular, alivia a fadiga, ajuda a prevenir a LER (Lesão por Esforço Repetitivo) e DORT (Distúrbios Osteomoleculares Relacionados ao Trabalho), proporciona melhora da criatividade, humor e disposição.

Em Santos, para agendar o horário é só ligar no 3223-2377, e São Vicente, contato pelo 3468-2665.

EM ILHABELA E CARAGUATATUBA

ALUGUEL –
DIÁRIAS, FINS
DE SEMANA E
FERIADOS

Condições
especiais para
a associados
da Assojubs

✓ Pousada
✓ Chalé
✓ Casa

Descontos em
passeios de
lança e jipe
pela região

Tratar com
Renato (Rato)
F: (12) 7818.4599
Id: 125*100781

Convênios

Gastronomia

Teruo Gastronomia
Rua Jacob Emerich, 1304, Centro
Telefone: 13 3371-1974

A Cumbuquinha

Rua Lima Machado, 487, Parque Bitaru
Telefone: 13 3467-3100 / 3466-2409

Fórum Café Lanchonete

Rua Jacob Emerich, 1390, Parque Bitaru
Telefone: 13 9717-8486 / 9741-6200

Recanto da Mama

Rua Jacob Emerich, 1267, Parque Bitaru
Telefone: 13 3467-9238

Buffet

Maison Royale Buffet
Av. Bartolomeu de Gusmão, 70, Embaré
Telefone: 13 3236-1802 / 3273-3118
Site: www.maisonroyale.com.br

Eventos

DJ Barbosa
Praça da Independência, 7, Gonzaga
Telefone: 13 8128-9589

Impact Equipamentos

Telefone: 13 3021-2434 / 7811-8872 - ID 96*65310
Site: www.impactequipamentos.com

Acesse nosso site e confira a lista completa de conveniados:

www.assojubs.org.br

Coral Assojubs 2013



Compartilhe conosco essa experiência tão gratificante que é viver a música, linguagem universal que encanta, relaxa e fortalece o espírito.

Não precisa ter experiência vocal anterior. Aproveite a oportunidade: o canto coral lhe dá, além do prazer de cantar, a segurança de cantar em grupo e tudo de bom que essa convivência lhe proporciona.

Nosso repertório é formado, principalmente, por música popular brasileira, como Chico Buarque, Milton Nascimento, Boca Livre, Guilherme Arantes, entre outros.

Venha nos conhecer, temos certeza de que terá vontade de participar!

Nossos encontros são sempre às quartas-feiras às 19h15 na Assojubs.

Aguardamos você!



Todo associado titular recebe Osan

Aos associados da Assojubs, um lembrete! Todos os titulares, assim que se tornam sócios da entidade, recebem a carteirinha do Plano de Assistência Osan que, além do respaldo do serviço funerário, disponibiliza descontos em consultas e exames, muitas vezes um

índice que chega a 50%.

E é possível a inserção de dependentes, o valor por cada adicional é de R\$ 5,00. Para saber a rede de médicos e clínicas credenciadas, é só ligar na Adcon pelo 3569-1650 ou na Osan pelo 3228-8000.

Atendimento do Ambulatório Odontológico

O Ambulatório Odontológico da Assojubs teve alteração em sua rotina de funcionamento. Desde o começo do ano, o atendimento prestado no consultório é o seguinte:

✓ Segundas e quartas-feiras, a partir das 18 horas, na Oficina do Sorriso, com a Dra. Verena Tubel (três pacientes por dia). O endereço é Rua Marechal Floriano Peixoto, 278, Gonzaga,

Santos. O telefone é 3251-2446.

✓ Terça e quartas-feiras, das 14 às 18 horas, na Assojubs Santos, com o Dr. Rogério Ferreira Ramalho. O atendimento pode ser agendado através da Secretaria da associação, pelo 3223-2377.

Para a consulta, tanto na Assojubs quanto na Oficina do Sorriso, é obrigatória a apresentação da carteira de sócio ou dependente.



Clube de Campo Assojubs Em Pedro de Toledo

Valores - associados

R\$ 60,00 diária (c/ pernoite) - 4 pessoas
R\$ 12,00 o ingresso por associado
(ou dependente) para um dia de lazer

Aluguel para eventos - associados

R\$ 700,00 por dia (c/ pernoite) - até 35 pessoas
R\$ 1.500,00 (s/ pernoite) - até 150 pessoas
R\$ 2.000,00 (s/ pernoite) - até 200 pessoas

Reserve já! Entre em contato com a Secretaria no (13) 3223-2377

Festejos característicos de junho: Arraiá Jubs 2013

Os festejos característicos do mês de junho também fizeram parte da programação social da associação. Em 29 de junho, no período entre 18 e 23 horas, aconteceu o Arraiá Jubs 2013, que reuniu associados, seus dependentes e convidados num amplo espaço para eventos localizado no Morro da Nova Cintra, em Santos.

Comidas e bebidas típicas, diversão para a garotada com brincadeiras de quermesse,

como jogo de argolas e pescaria, cama elástica, tobogã inflável e touro mecânico, além da quadrilha improvisada – mas não menos animada –, deram o tom da Festa Junina.

A Assojubs agradece ao Santos Futebol Clube, na pessoa de Vanessa Santos Lopes Pahlina, diretora Executiva da agremiação, pela doação das camisas para o sorteio feito durante o Arraiá Jubs.

